

# REVISTA ECO-PÓS

<http://www.pos.eco.ufrj.br/ojs-2.2.2/index.php/revista/index>



---

## **Advinhe quem não vem para jantar...Breves anotações sobre a não-tematização das questões LGBT nas eleições presidenciais de 2010**

Rogério Diniz Junqueira e Marco Aurélio Máximo Prado  
*Revista Eco-Pós, 2010, v. 13, n. 3, pp 5-17*

A versão online deste artigo está disponível em:  
<http://www.pos.eco.ufrj.br/ojs-2.2.2/index.php/revista/issue/view/25>

---

Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

### **Informações adicionais da revista Eco-Pós**

sobre: <http://www.pos.eco.ufrj.br/ojs-2.2.2/index.php/revista/about>  
e-mail: [ecopos.ufrj@gmail.com](mailto:ecopos.ufrj@gmail.com)

### **Política de Acesso Livre**

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização do conhecimento.

## Adivinhe quem não vem para Jantar...

Breves anotações sobre a não-tematização das questões LGBT nas eleições presidenciais de 2010

Rogério Diniz Junqueira<sup>1</sup> e Marco Aurélio Máximo Prado<sup>2</sup>  
Inep, UFMG



### RESUMO

O texto em tela expressa uma reflexão sobre o silêncio das temáticas LGBT durante as eleições presidenciais de 2010. Tomamos a noção de política como dissenso para evidenciar o quanto os discursos políticos em época eleitoral buscam uma certa neutralidade de posições ideológicas na tentativa de abarcar um terreno da política consensual. A partir desta noção de política e do conceito de temas públicos, conclui-se pela falta de politização do debate eleitoral e pela insuficiência da emergência de sujeitos políticos no cenário nacional público.

### PALAVRAS-CHAVE

Eleições • Política • Temática LGBT • Políticas Públicas

Muito já se escreveu sobre os processos por meio dos quais um evento ou uma série de eventos são identificados, coletados ou acionados, ao longo de um período, de modo a convertê-los em um *tema*, isto é, um problema de significado público que reclame uma solução (Rositi, 1982, p. 139). Uma solução ou, pelo menos, providências concretas. É sempre oportuno ressaltar que a produção de temas dificilmente poderia ser considerada casual, uma vez que está fortemente relacionada às condições objetivas dos espaços sociais em que

- 
- 1 Rogério Diniz Junqueira é pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Doutor em Sociologia das Instituições Jurídicas e Políticas (Universidades de Milão e Macerata – Itália). Foi Assessor do Ministério da Educação no âmbito da implementação do Programa Brasil Sem Homofobia (2005-2008).
  - 2 Marco Aurélio Máximo Prado é professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisador do CNPq/Fapemig. Coordenador do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da UFMG.

disputas sociais, simbólicas e políticas são continuamente travadas, ao sabor das disposições estruturais e dinâmicas dos princípios de ação, de visão e de divisão (*habitus*). Por isso, a realização de cálculos políticos, as tomadas públicas de posição, a adoção de estratégias (inclusive as estratégias discursivas) e o desencadeamento de conjuntos variados de ações por parte dos setores envolvidos, longe de serem fortuitos ou espontâneos, também mantêm relação com as condições dos campos sociais envolvidos, o conjunto de repertórios de ação e as possibilidades de tematização, entre outras coisas.<sup>3</sup> Assim, pode-se pressupor que o esforço de construção de temas aciona um conjunto de práticas sociais e discursivas que implicam divisão no mundo público, acionam tensões, posições e projetos instituintes da política. Poder-se-ia dizer que o que se evita é a própria política já que busca-se o não conflito entre projetos de mundos, portanto, o esforço do discurso político em tempos eleitorais ameaça a própria existente da política. Entendemos por política o que Ranciere definiu como o dissenso capaz de instalar a radicalidade dos sujeitos políticos como sujeitos em ato, sujeitos precários que apontam para a divisão do bem comum instaurando uma divisão do sensível capaz de desorganizar a ordem das funções dos corpos e das agregações das coletividades.(Ranciere, 1996).

No cenário brasileiro, não é certamente surpreendente que desemprego, violência, corrupção e, até recentemente, inflação tenham constituído temas recorrentes nas eleições, ainda que nos discursos eleitorais a ênfase seja dada nos dispositivos técnicos e não políticos, já que discursos em épocas eleitorais almejam atingir um eleitor abstrato, ou seja, médio, de posição pouco reflexiva. A ênfase nos dispositivos técnicos e não políticos parece ser um sintoma do mundo público atual pois inspira qualificação não reflexiva mas pragmática e também parece estar neutralizado de posturas ideológicas, portanto, aparentemente o discurso técnico parece estar sempre na mediana pois camufla seu projeto posicionado de repertórios.

No entanto, na campanha de 2010 salta aos olhos a ausência de debate entre diferentes visões de mundo e projetos para o país, uma vez que os três principais candidatos parecem convergir na maioria de suas tematizações, apenas buscando uma distinção, no mais das vezes, vagamente circunscrita a

<sup>3</sup> Sobre campo social e *habitus*, ver, por exemplo: Bourdieu, 1972, 1983, 1992, 2009.

conjuntos imprecisos de soluções, quase todos definidos no campo da gestão, ou seja, no campo que Ranciere denominou como sendo o da polícia – diz o autor:

O conjunto de processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes e a gestão das populações, a distribuição dos lugares e das funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição. Proponho então dar a este conjunto de processos outro nome. Proponho chamá-lo de polícia, ampliando, portanto, o sentido habitual dessa noção, dando-lhe também um sentido neutro, não pejorativo, ao considerar as funções da vigilância e de repressão habitualmente associadas a essa palavra como formas particulares de uma ordem muito mais geral que é da distribuição sensível dos corpos em comunidade (Ranciere, 1996, p. 372).

Os debates eleitorais têm sido um excelente exemplo de como os discursos políticos eleitorais pretendem ao neutralizar a posição política e escapular do confronto, valorizar a linguagem técnica no campo da gestão e da gerencia Quanto a isso Vladimir Safatle (2010, p.3) observou:

O primeiro debate presidencial ocorrido [...] deu a tônica da profunda despolitização que parece determinar essa campanha. Os principais candidatos demonstraram um cuidado incrível em transformar o confronto político em uma mera discordância a respeito de problemas, em larga medida, gerenciais.

Porém, em um país marcado por profundas desigualdades e de relações sociais fortemente regidas por disposições classistas, racistas, sexistas e homofóbicas que, por sua vez, contribuem para estruturar e atualizar um sistema complexo de hierarquias e de privilégios de diversas ordens, poder-se-ia esperar por debates de fôlego e acalorados. Especialmente agora, em virtude de termos em países vizinhos envolvidos não apenas em debates acesos sobre as políticas neoliberais, como também na adoção de medidas concretas em torno da promoção do “casamento igualitário” e da laicização do Estado.<sup>4</sup>

Em vez disso, aqui, as principais forças políticas, com vistas a obter maior consenso eleitoral, parecem especialmente evitar questões relacionadas aos direitos sexuais.<sup>5</sup> Quando eventualmente perguntados sobre questões

---

4 No caso do questionamento ao neoliberalismo, referimo-nos sobretudo a Bolívia, Equador e Venezuela; no caso das discussões sobre direitos sexuais e diferentes esforços em torno da laicização do Estado, pensamos nos casos de Argentina, Colômbia, México, Uruguai. Dada tamanha proximidade, é razoável se esperar maior repercussão dessas experiências no cenário nacional. Ver: Rodriguez *et al.* (2010).

5 Evidentemente, isso não se dá apenas em relação às questões referentes aos direitos sexuais e nem tampouco se verifica só em função de uma possível decisão em não se pronunciar claramente sobre determinados assuntos: não se exclui que os atores políticos possam não ter o que dizer a respeito deles.

LGBT,<sup>6</sup> os candidatos parecem limitar-se a fornecer respostas vagamente orientadas por disposições próximas do “politicamente correto”, esquivando-se de posicionamentos mais nítidos em favor de medidas concretas para o enfrentamento ao sexismo e à homofobia.

O enfrentamento tais fenômenos tenderá a requerer bem mais do que o mero acionamento do que Umberto Eco chama de “uma forma ritualística da linguagem cotidiana, quase litúrgica, que trabalha com a letra sem se preocupar com o espírito” (Eco, 2000, p.16). Segundo ele, a “correção política” expressa mais uma preocupação em se transmitir uma imagem de “polida tolerância” em vez de ser o resultado de um efetivo engajamento em um profundo questionamento de princípios balizadores de idéias e condutas opressivas e hierarquizantes por parte dos dominantes. Vale ainda sublinhar que as interações lingüísticas são atos de poder, e as formas que assumem dependerão substancialmente de coordenadas de diversos tipos (sexo/gênero, instrução, classe social etc.) que intervêm na determinação das estruturas objetivas dessas interações (Bourdieu, 1992, p.109). Nesse sentido, o “politicamente correto” pode se prestar àquilo que o autor, anos antes que essa discussão tivesse lugar, chamou de “estratégia de condescendência”, por meio da qual o dominante, ao negar simbolicamente a relação de poder, logra o fortalecimento dessa relação e favorece falsos reconhecimentos das aspirações do dominado (id., 2007).<sup>7</sup>

Ao lado disso, ao observarmos a sociedade civil, notamos não poucos atores tradicionalmente envolvidos na defesa de tal agenda parecem ter preferido manter uma postura de baixo perfil, atuando de maneira mais pontual e isolada, sem procurar produzir uma tematização das questões LGBT e nem tampouco denunciar a sua ausência do centro do debate nacional. Talvez com isso visassem evitar o confronto com setores religiosos fundamentalistas ou outros conservadores e as “maiorias silenciosas”. É possível que temam que uma forte tematização pró-LGBT possa agudizar os conflitos e desencadear

---

6 Mídia e profissionais do jornalismo também têm se demonstrado pouco inclinados a debater questões estruturantes e a promover reflexões de maior intensidade no campo das idéias. A polêmica parece ser mais buscada no terreno da produção dos escândalos de corrupção.

7 Mais tarde, Bourdieu (1998, 26) criticou a “crença fantasística, típica do ‘radicalismo de campus’, de que se muda o mundo mudando as palavras, que a subversão de termos, categorias, discursos seja suficiente para subverter ou atingir as estruturas objetivas de dominação”.

tematizações contrárias dotadas de forte ímpeto mobilizador, o que poderia levar à constituição de bancadas anti-LGBT mais consistentes e numerosas.

Não pretendemos, aqui, colocar diretamente em discussão se foi essa a estratégia adotada pelos movimentos sociais e nem tampouco questionar a sua eficácia para conter o crescimento das forças declaradamente anti-LGBT no parlamento, nos estados e na sociedade. Além disso, também não nos interessa perscrutar as possíveis razões de ordem pessoal ou coletiva dos atores sociais envolvidos. Nem tampouco nos ateremos a discutir um possível amesquinamento no desenho das estratégias de atores políticos mais interessados em colher consensos para angariar respaldo político para conquistarem ou manterem posições no campo do poder.

Sem podermos explorar aqui um longo e intricado processo de empobrecimento do debate político<sup>8</sup>, interessa-nos antes sublinhar o quanto isso também tem a ver com visões antipolíticas que, avessas às tensões próprias do pluralismo, promovem o entendimento da democracia como uma busca de consensos universais e, cada vez mais, apresentam as diferenças em termos morais (“bom *versus* mal”). Esta migração da lógica da política para uma lógica moral revela o quanto a política tem sido ameaçada pelos próprios políticos.

Concordamos com Chantal Mouffe (2005), para quem, ao invés do consenso, o que elemento central em uma sociedade democrática é o conflito, pois há posições irreconciliáveis. Por isso, seria preciso criar condições para a se viabilizar a manifestação das diferenças e do dissenso segundo uma lógica de mediação institucional promotora do reconhecimento da legitimidade dos adversários. Tratar-se-ia de uma luta por hegemonia e não de aniquilamento do Outro. O que estaria em jogo em uma sociedade democrática plural seria a instalação no mundo público da relação entre adversários e não entre inimigos, assim, faz-se fundamental a legitimidade desta relação na vida pública a fim de que as articulações discursivas possam expressar-se como legítimas e não como boas ou más.

---

8 Referimo-nos a sobretudo às simplificações, ao esvaziamento do e à renúncia ao debate político, que podem ser identificados em assertivas como: “não existe direita ou esquerda”, “a homossexualidade não é uma escolha, mas uma determinação biológica”, “não é necessário se preocupar com a adoção por parte de homossexuais, pois a orientação sexual dos pais não influencia a orientação sexual dos filhos” etc.

Porém, ao mesmo tempo, a autora alerta, sobre o risco do fim da política, para processos por meio dos quais a esfera pública pode ser colonizada por uma gramática moral escorregadia que impede ou dificulta a produção legítima de antagonismos de ordem marcadamente política, de modo que os oponentes passam a ser percebidos como inimigos a serem destruídos. Ademais, tal colonização tende a dificultar a produção de antagonismos políticos que assumam a historicidade, a contingência de seus arranjos sociais, políticos, simbólicos e resvalam para discursos cada vez mais naturalizantes e refratários ao enfrentamento nitidamente político. Diz a autora –

O que eu quero indicar é que, ao invés de ser construída em termos políticos, a oposição nós x eles é agora construída de acordo com categorias morais de “bom” versus “mau”. O que essa mudança de vocabulário revela não é, como seria entendida, que a política tem sido substituída pela moralidade, mas que a política está sendo argumentada no registro moral. É neste sentido que eu estou propondo a compreensão da “moralização” da política – para indicar não que a política tem se tornado mais moralizada, mas que, nos dias atuais, antagonismos políticos têm sido formulados em termos de categorias morais (Mouffe, 2005, p.75)

Se vínhamos vivendo, nas últimas décadas, em termos globais, avanços significativos na construção do campo dos direitos sexuais (Correa, 2006, 2009), os limites postos pelas mudanças ocorridas no plano internacional e pelos balizamentos e contradições próprios de um governo de coalizão, como o Governo Lula, aqui o processo de tematização dos direitos sexuais viveu um período em que as disputas e as controvérsias em torno das questões da “diversidade sexual” conheceu relativa visibilidade, acompanhado de processos de reconfiguração de identidades coletivas LGBT quase sempre baseadas em concepções essencialistas, ao sabor da política governamental e de processos de distinção cada vez mais acentuados, promotores de ulteriores conflitos, cisões e ressentimentos.<sup>9</sup> Aqui cabe ressaltar que este processo de reconfiguração identitária não pode ser depositado como tendo origem nos indivíduos ou mesmo nos coletivos que buscam se diferenciar mas sim na relação com o Estado que conforma, na maior parte de sua atuação, estratégias de reconfiguração de identidades coletivas já que assim estabelece o princípio da agregação das coletividades e da gestão dos corpos como indicou Ranciere (1996) ao expandir o termo *polícia* para as atividades de reconfiguração do bem

9 Vale lembrar as tensões entre gays e lésbicas, bem como o empenho por parte dos grupos LGBT em produzir uma diferenciação cada vez mais nítida e conflituosa entre “homossexuais” e “transgêneros” e, mais tarde, entre “mulheres transexuais” e “travestis”.

comum no âmbito dos consensos.

Nos primeiros anos após o lançamento do Programa “Brasil Sem Homofobia” em 2004, o Estado parecia mostrar-se disposto a promover uma política promotora da diversidade sexual, principalmente a partir da tematização da violência homofóbica, entendida sobretudo como fruto de um conjunto de atitudes negativas em relação à população LGBT que poderia ser enfrentado a partir da produção de políticas públicas em diversas áreas (saúde, educação, segurança, cultura etc.). De maneira articulada, agentes públicos e lideranças do movimento LGBT mostraram-se empenhados na construção de um discurso por meio do qual o enfrentamento à homofobia era buscado através da busca de consensos em torno de medidas voltadas a conter a violência homofóbica, especialmente a violência física e letal. Mais do que a afirmação em torno dos direitos sexuais e do que a denúncia dos privilégios gerados pelo heterossexismo, a tônica parecia ser: “Alguém poderá se dizer contrário aos esforços para diminuir a violência?”

Em uma sociedade em que a “cultura dos direitos” é ainda realidade distante e que convive com altos índices de violência letal em virtude da orientação sexual e da identidade de gênero sem que isso produza clamores públicos por medidas para a sua solução, pode existir uma distância considerável tanto entre a manifestação da violência homofóbica e a sua percepção enquanto tal, como entre a denúncia dessa violência e a sua percepção enquanto violação de direitos. Esta distância poderia se configurar como um campo de luta política pois é através da capacidade de nomear e significar o distanciamento entre a violência manifestada e a percepção dela que elementos de justiça e igualdade podem se impor a partir da emergência de sujeitos políticos.

Detalhe importante é que, mesmo ao se falar de violência homofóbica, a sua manifestação parecia quase sempre ficar associada a um conjunto de emoções negativas (aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo) em relação a “homossexuais”. No entanto, entender a homofobia desse modo implica limitar a compreensão do fenômeno e pensar o seu enfrentamento somente a partir de medidas voltadas a minimizar os efeitos de

sentimentos e atitudes de “indivíduos” ou de “grupos homofóbicos”, como se as instituições sociais pouco ou nada tivessem a ver com isso (Junqueira, 2007). Aqui reside uma importante questão política pois a compreensão da homofobia como atitudes negativas ou conjunto de emoções negativas em relação às homossexualidades se constituiu durante os últimos anos em uma questão política já que ela enseja distintas estratégias de enfrentamento.

Naquele momento (e talvez ainda hoje), parecia ser ainda marginal a percepção da homofobia institucional e pouco se chamava a atenção para as especificidades das diferentes manifestações de preconceito e discriminação heterossexista nos mais diversificados espaços institucionais. A discussão sobre a homofobia ganhava, assim, um espaço marginal na agenda pública, sem que em geral se verificasse, por parte de gestores e lideranças políticas, uma preocupação em sofisticar os termos do debate público, em problematizar pressupostos adotados, em buscar maior consistência teórica e analítica ou em conferir maior capacidade política para a tematização e o enfrentamento sistemático à homofobia, inclusive propagado pela própria forma de organização do Estado na modernidade, como já indicou Borrillo (2010).

Vale lembrar que, desde que foi cunhado pelo psicólogo estadunidense George Weinberg em 1972, em referência ao “medo expresso por heterossexuais de estarem em presença de homossexuais”, o conceito passou por vários questionamentos e ressignificações. Movimentos de lésbicas e transgêneros, para procurar corrigir a tendência “gaycêntrica” que o uso termo homofobia pode implicar, falam em “lesbofobia” e “transfobia”. Ao lado disso, não foram poucos os que, ao procurarem se afastar de abordagens individualizantes e despolitizantes centradas nas idéias de “fobia” ou “medo”, propuseram substituições. Daí a elaboração de outros termos, como “homopreconceito”, “heterocentrismo”, “heterossexismo”, “homonegatividade”, “heteroterrorismo” etc.<sup>10</sup>

No entanto, o termo, a partir dos meados dos anos 1970, ganhou notoriedade e conheceu considerável êxito e foi adquirindo novos contornos semânticos e políticos. Isto é, além de se empregado em referência a um

---

<sup>10</sup> Ver: Logan, 1996; Welzer-Lang, Dutey & Dorais, 1994; Hudson & Rickett, 1980; Bento, 2008.

conjunto de atitudes negativas em relação a homossexuais, o termo, pouco a pouco, também passou ser também usado em alusão a situações de preconceitos, discriminação e violência contra pessoas LGBT. Passou-se da esfera estritamente individual e psicológica para uma dimensão mais social e potencialmente mais politizadora. Mais recentemente, verifica-se a circulação de uma compreensão da homofobia como dispositivo de vigilância das fronteiras de gênero que atinge todas as pessoas, independentemente de suas orientações sexuais, ainda que em distintos graus e modalidades. O que nos permitira apreender a homofobia como um sistema mais complexo que se interconecta com a cultura, as práticas institucionais e outras hierarquias sociais de manutenção das formas de controle e subalternidades (Prado e Machado, 2008).

Ao lado disso, enquanto esses processos de emprego, questionamento e ressignificação se dão, a idéia de simplesmente se abandonar o termo “homofobia” e substituí-lo parece revelar-se uma estratégia política pouco promissora. Por mais problemático e confuso, o termo ainda apresenta maior sorte do que seus sucedâneos, pois os outros ou não têm tido a mesma acolhida pública ou tendem a não colocar em foco determinadas especificidades das situações de violência contra pessoas identificadas como LGBT. Mas cabe sempre nos interrogar se o conceito, em que pese seus limites, ainda poderá produzir efeitos. Poderá, cada vez mais ressignificado, contribuir para o alargamento da agenda política e para a compreensão dos direitos sexuais como direitos humanos? Mesmo compreendendo que a utilização do argumento dos direitos humanos tem sido alargada ideologicamente pelos movimentos LGBT de diferentes países, ele parece se constituir, como é o caso do Brasil, em um ponto nodal de articulação pelos direitos sexuais (Santos, 2005) em alguns contextos sócio-políticos. No entanto, ainda é preciso demarcar que este alargamento discursivo e ideológico não tem se dado sem impor riscos a uma interpretação política dos direitos sexuais. E acaso este salto de qualidade será alcançado por meio da busca em torno do aprimoramento de determinados conceitos? O problema poderia ser equacionado a partir de uma intervenção circunscrita apenas ao plano conceitual? Conceitos consistentes não resolvem isso sozinhos. Aí se somam outros ingredientes.

Certamente não surpreende que, em um cenário como o nosso, a adesão a princípios de laicidade do Estado tende a ser problemática. Na pesquisa da Fundação Perseu Abramo (2008) sobre homofobia, quando perguntadas se “os governos deveriam ter a obrigação de combater a discriminação contra homossexuais”, 70% das pessoas disseram que “isso é um problema que as pessoas têm de resolver entre elas”. O que emerge aí é um nítido não-reconhecimento da homofobia como um problema público. Na visão dos entrevistados e entrevistadas da pesquisa citada e, nos discursos de nossos candidatos presidenciais nas eleições de 2010, a homofobia não se constitui como um tema no sentido que indicara Rositi (1982)

A ausência da tematização da homofobia nas eleições pode contribuir para acirrar esse processo. Afinal, antes de se discutir a pertinência ou a consistência do conceito, o problema aí é anterior: seja qual for o nome que o fenômeno receba, estamos diante de uma negação e de uma recusa a se enxergar sujeitos de sexualidades dissidentes da norma como “sujeitos de direito” que enfrentam situações de opressão e humilhação cotidianas, sistemáticas e institucionalizadas e que, por esta via, não são reconhecidos como merecedores da atenção do Estado na qualidade de cidadãos, dotados de mesma humanidade.<sup>11</sup>

Ao lado disso, outras formas de não-reconhecimento podem ter lugar. Temos observado, por exemplo, uma resistência por parte de diversos atores sociais e de instituições em aceitar ou admitir o emprego do termo “homofobia” em variadas situações concretas, explícitas e inequívocas de humilhação, de discriminação ou violência homofóbica que tenham ocorrido no interior delas (Prado, Martins & Rocha, 2009). Nesses momentos, podemos verificar a adoção de estratégias discursivas voltadas a afastar a idéia de que algum tipo de violência homofóbica possa ser produto direto da dinâmica de funcionamento de uma determinada instituição. Ao lado disso, podemos pensar que as razões para isso possivelmente também (ou sobretudo) terão algo a ver com as resistências por parte das instituições e dos seus agentes em falarem de

---

11 Estratégias discursivas adotadas por agentes públicos colocados diante de propostas voltadas a promover o reconhecimento da diversidade sexual nas escolas, além de reverberarem ditames da heteronormatividade, revelam um “estado de negação” em relação às iniquidades geradas pela homofobia (Junqueira, 2007).

determinados sujeitos e em nomearem certas formas de violação de direitos em relação a eles (id., 2009). Mencionar tais sujeitos e as violações a que estão institucionalmente submetidos poderia implicar processos de reconhecimento não só de suas existências, mas também de suas condições como sujeitos de direitos. E mais: implicaria problematizar dinâmicas institucionais, relações de poder, rotinas, normas e hierarquias sociais que regem a manutenção das relações de poder assimétricas. A expressão tão comum por parte de gestores institucionais públicos de que nomear determinadas violências como homofóbicas seria particularizar a universalidade da vida pública reside na equívoca compreensão de que poderia existir política sem sujeitos políticos (Prado, Martins & Rocha, 2009).

Diante de situações como essas, temos que convir que precisamos muito mais do que termos conceitualmente consistentes e politicamente viáveis, pois se faz urgente, mecanismos de políticas públicas para desconstruir um sistema de opressão e humilhação social que se instala e reitera cotidianamente através da sua própria invisibilidade pública.

O silêncio político dos candidatos presidenciais nestas eleições de 2010 parece ser mais um sintoma do sentido do político na cultura brasileira, que insiste em expulsar o conflito e a contradição da configuração de um espaço de dissenso entre o que supostamente parece ser o espaço de identidades coletivas e o que poderia ser um espaço de emergência de sujeitos políticos. Os sujeitos políticos na visão de Ranciere (1996) podem desclassificar a ordem da organização das identidades coletivas muitas vezes confundidas como parte do corpo social.

Assim, os sujeitos políticos são entendidos como – sujeitos em ato, como capacidades pontuais e locais de construir, em sua universalidade virtual, aqueles mundos polêmicos que desfazem a ordem policial. Portanto são sempre precários, sempre suscetíveis de se confundir de novo com simples parcelas do corpo social que pedem apenas a otimização da sua parte (Ranciere, 1996,p.378)

O que se vê não é mais do que a confusão dos sujeitos políticos com parte do corpo social, ou seja, o silêncio tanto da sociedade civil como dos candidatos revela um sintoma da democracia brasileira que merece ser enfrentado por todos nós. Nessas eleições, as questões LGBT parecem cumprir o papel do hóspede que não é bem vindo. Aquele que se teimar em aparecer, dará se um

jeito para que receba uma refeição mais rápida e não perturbe o sossego dos demais comensais.

## Bibliografia

- BENTO, Berenice. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Gêneze: Droz, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Questões de sociologia*. São Paulo: Marcos Zero, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Risposte*. Torino: Bollati Boringhieri, 1992.
- \_\_\_\_\_. "Conferência do Prêmio Goffman: a dominação masculina revisitada". In: LINS, Daniel (Org.). *A dominação masculina revisitada*. Campinas: Papyrus, 1998.
- \_\_\_\_\_. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007.
- \_\_\_\_\_. *O senso prático*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BORRILLO, Daniel. *História e Crítica de um Preconceito*. Belo Horizonte. Ed. Autêntica, 2010.
- CORREA, Sonia. "Cruzando a linha vermelha: questões não resolvidas no debate sobre direitos sexuais". *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n. 26, jul./dez. 2006.
- \_\_\_\_\_. O percurso dos direitos sexuais: entre margens e centros. *Bagoas*. Natal, v. 3, n. 4, jan./jun. 2009.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil. Intolerância e respeito às diferenças sexuais*. São Paulo: FPA, 2008. Consultada em <http://www.fpabramo.org.br/node/5392>.
- HUDSON, Walter W.; RICKETT, Wendell A. "A strategy for measurement of homophobia". *Journal of Homosexuality*, Philadelphia, v. 5, n. 4, 1980.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. "Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas". *Bagoas*, Natal-RN, v. 1, n. 1, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://tinyurl.com/2dyjnf>.
- LOGAN, Colleen. "Homophobia? No, homoprejudice". *Journal of Homosexuality*, Philadelphia, v. 31, n. 3, 1996.
- MOUFFE, Chantal. *On the Political*. New York: Routledge, 2005.
- PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. *Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez, 2008.
- PRADO, Marco Aurélio M.; MARTINS, Daniel A.; ROCHA, Leonardo T. L. "O litígio sobre o impensável: escola, gestão dos corpos e homofobia". *Bagoas*, Natal, v. 3, n. 4, jan./jun. 2009.
- RANCIERE, Jacques. O Dissenso. In Novaes, Adauto. (org). *A Crise da Razão*. São Paulo: Minc-Funart/Cia das Letras Ed., 1996.
- RODRIGUEZ, Manuel *et al.* "Ecos do matrimônio igualitário". *Notícias CLAM*, Rio de Janeiro: UERJ, 2010. Disponível em: <http://tinyurl.com/2aj22te>.

Publ.: 01/09/2010.

ROSITI, Franco. *I modi dell'argomentazione e l'opinione pubblica*. Torino: Eri, 1982.

SANTOS, Ana Cristina. *A Lei do Desejo: direitos humanos e minorias sexuais em Portugal*. Lisboa: Edições Afrontamento, 2005.

SAFATLE, Vladimir. O medo da política. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 16/08/2010.

WELZER-LANG, Daniel; DUTEY, Pierre; DORAIS, Michel (Dir.). *La peur de l'autre en soi: du sexisme à l'homophobie*. Québec: VLB, 1994.